

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER PARA AS PRÁTICAS CORPORAIS E ATIVIDADE FÍSICA: UMA REVISÃO TEÓRICA

MATHEUS DE LIMA WEEGE¹; WERNER DE ANDRADE MÜLLER²;
INÁCIO CROCHEMORE-SILVA³

¹ Universidade Federal de Pelotas – matheusdelimaweege@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – werneramuller@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – inacio_cms@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Na organização espacial de centros urbanos, os espaços públicos podem ser compreendidos pela “[...] universalidade do uso, espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, sem condicionamentos [...]” (INDOVINA, 2002; p.120). Também, são definidos como “[...] um espaço em que as pessoas se movimentam livremente, por livre escolha, no percurso de um lugar a outro” (JACOBS, 2011, p.180). Quando destinados ao lazer da população, são contemplados por praças, parques, ciclovias, outras áreas verdes ou relativas ao ambiente natural (INDOVINA, 2002).

Sob uma compreensão relacionada à saúde, os espaços públicos de lazer representam significação de destaque em abordagens, do nível individual e populacional. A Política Nacional de Promoção a Saúde, por exemplo, enfatiza, entre outras questões, a necessidade de incentivar a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando diferentes práticas corporais, para promoção da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Também, é importante considerar os espaços públicos de lazer e as suas relações sociais estabelecidas por meio de onde se localizam, uma vez que, historicamente, as desigualdades sociais persistem na sociedade brasileira (KNUTH e ANTUNES, 2021). Embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça, no Art. 6º o “lazer” como direito social (BRASIL, 1988), os espaços públicos de lazer se distribuem de forma desigual nos territórios, privilegiando sua existência em localidades de menor vulnerabilidade social (MANTA et al., 2019; DOPP et al., 2021).

Logo, no processo de urbanização, faz-se necessário compreender a relação entre o indivíduo e o ambiente no qual ele está inserido, bem como a função social dos espaços públicos, e suas possibilidades de promoção de saúde, como, por exemplo, as práticas corporais e atividade física.

Sendo necessário compreender as características, qualidade e adequação dos espaços públicos de lazer destinados às práticas corporais e atividade física, o presente estudo objetiva realizar uma revisão teórica sobre os estudos de avaliação dos espaços públicos de lazer.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão teórica, realizada através da busca nas bases de dados científicos “PubMed” e “SciELO” para o aporte teórico do projeto de dissertação intitulado “Características dos espaços públicos de lazer em Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividade física ao longo de uma década”.

A busca nas bases de dados foi feita utilizando os descritores atividades de lazer; ambiente construído; áreas verdes e ambiente, nos idiomas de português e inglês. Adotaram-se como critérios de inclusão, os estudos que avaliaram os espaços públicos de lazer em termos de adequação, qualidade e distribuição, realizados em zonas urbanas. Foram excluídos os estudos que objetivaram verificar outros aspectos, diferentes dos mencionados anteriormente, com relação aos espaços públicos de lazer.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram localizados 46 estudos. Após uma leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 14 estudos para a presente revisão teórica. Predominantes do Brasil (n=11), Austrália (n=1), Portugal (n=1) e México (n=1), os estudos selecionados foram realizados entre os anos de 2012 e 2022. Como metodologia utilizada, predominaram os estudos de observação sistemática do ambiente. O instrumento denominado *Physical Activity Resource Assessment* (PARA) (LEE et al., 2005) obteve maior utilização (n=7).

Em relação aos estudos realizados em outras nacionalidades (n=3), as pesquisas feitas em Portugal e México, evidenciaram uma discrepância em termos de acessibilidade e adequação dos espaços observados, relacionado a fatores socioeconômicos. Os bairros considerados de maior vulnerabilidade tiveram menores índices de acesso, bem como maior distância percorrida pelos moradores para acessar os espaços. Em termos de adequação, os espaços públicos de lazer apresentam situação inferior quando localizados em bairros de maior vulnerabilidade social em comparação a outras regiões das cidades (HOFFIMAN et al., 2017; BOJORQUEZ et al., 2021). Entretanto, no estudo conduzido na Austrália, foi constatado altos índices de adequação em relação aos espaços públicos de lazer, diferenciando esta realidade de outros centros urbanos (JAYASINGHE et al., 2022).

No Brasil, o conhecimento sobre os espaços públicos de lazer tem suas evidências concentrada na região sul (n=6), sudeste (n=3) e somente um estudo na região norte do país. Os resultados demonstraram as desigualdades sociais relevantes nas relações entre os territórios brasileiros, também são evidenciados em termos de acesso e adequação destas localidades, no que tange a organização espacial de centros urbanos.

Os estudos que objetivaram avaliar os espaços públicos de lazer, tendo um recorte transversal (n= 9), a maioria demonstra a necessidade de melhorias em termos de acesso e adequação desses espaços (RADICCHI et al., 2015; LOPES et al., 2021; BERNARDINI e CARMO, 2021). Evidenciou-se que existe limitação em espaços públicos de lazer em regiões periféricas, com maior vulnerabilidade social, privilegiando sua existência em regiões com população de alto poder monetário (MANTA et al., 2019; DOPP et al., 2021). Ainda, no estudo de Manta (2019), constatou-se a possibilidade de espaços públicos abertos localidade em regiões de renda média e alta, possuir maiores números de atributos para prática de atividade física quando comparado com regiões de baixa renda.

Estudos de caráter longitudinal apresentam-se escassos na literatura, visto que somente dois estudos objetivaram uma avaliação ao longo do tempo (WENDT et al., 2021; TEIXEIRA et al., 2022).

A presente revisão também contemplou pesquisas que objetivaram avaliar os espaços públicos de lazer na cidade de Pelotas (RS) (n=3). Os resultados demonstram que, embora esses espaços apresentem equipamentos que visem a

prática de atividade física populacional, esses carecem de melhores de infraestruturas em termos de adequação e qualidade, como bem os atributos relacionados à iluminação, lixeiras, banheiros, e outros aspectos de conforto e segurança (DA SILVA et al., 2012; DA SILVA et al., 2015; BETTIN et al., 2018). No estudo de Da Silva (2015), constatou-se que quando maior a renda domiciliar, maior o número de espaços públicos de lazer e, inversamente, quanto maior a densidade populacional, menor o número de espaços públicos de lazer.

4. CONCLUSÕES

Este estudo buscou revisar estudos de avaliação sobre espaços públicos de lazer destinados às práticas corporais e atividade física para subsidiar o aporte teórico de um projeto de pesquisa. Foram selecionados 15 estudos, sendo, em maioria, realizados no contexto brasileiro, em cidades de médio e grande porte. A metodologia empregada, na maioria dos estudos, foi a observação sistemática do ambiente, utilizando o instrumento de avaliação *Physical Activity Resource Assessment* (PARA).

Os resultados indicam que existe a necessidade de melhorias em termos de adequação e distribuição dos espaços públicos de lazer. No contexto brasileiro, nota-se que as históricas e persistentes desigualdades sociais, também são refletidas perante essas localidades, necessitando um maior engajamento do poder público em assegurar a democratização e equidade social, no que tange o acesso e distribuição dos espaços públicos.

Pesquisas de monitoramento são necessárias a fim de fomentar dados longitudinais de nível local, que permitirão auxiliar no planejamento de políticas públicas, principalmente, ao enaltecer o contexto local, uma vez que seu processo de urbanização e aspectos sociais, econômicos e culturais poderão se distinguir de outras localidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INDOVINA, F. O espaço público-tópicos sobre a sua mudança. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, n.5, p. 119-123, 2002. JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS**. Brasília, 2018.

KNUTH, A.G.; ANTUNES, P.C. Práticas corporais/atividades físicas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades sociais brasileiras. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.30, n.2, p. 1-11, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

MANTA, S.W. et al. Public open spaces and physical activity: disparities of resources in Florianópolis. **Revista de Saúde Pública**, v.53:112, p.1-11, 2019.

DOPP, E.V.O. et al. Public spaces leisure in Rio Claro - SP (Brazil): quality, distribution, and social vulnerability. **Motriz**, v. 27, 2021.

BERNARDINI, S. P.; CARMO, C. G. C. do. A qualidade dos espaços públicos de lazer na urbanização contemporânea: o caso das periferias do município de Campinas. **Ambiente Construído**, v. 21, n. 2, p. 243-262, 2021.

LEE, R. et al. The physical activity resource assessment instrument: Evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v.2, n. 13, p. 1-9, 2005

HOFFMANN, E.; BARROS, H.; RIBEIRO, A.I. Socioeconomic Inequalities in Green Space Quality and Accessibility—Evidence from a Southern European City. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.14, n.916, p. 2-16, 2017.

BOJORQUEZ, I. et al. Public spaces and physical activity in adults: insights from a mixed-methods study. **Caderno de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, p. 2-14, 2021.

JAYASINGHE, S. et al. Why some do but too many don't? Barriers and enablers to physical activity in regional Tasmania – an exploratory, mixed-methods study. **BMC Public Health**, v.22, n. 627, p. 2-12, 2022

RADICCHI, M.R. et al. Descrição dos espaços esportivos de lazer e educação na cidade de Parintins, Amazonas. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 20, n. 6, p. 626-637, 2015.

LOPES, G. T. A.; URBANO, M. R.; HINO, A. A. F.; KANASHIRO, M. Avaliação de uso de parques por meio de protocolos da saúde pública: um estudo comparativo. **Ambiente Construído**, v. 21, n. 2, p. 225-241, 2021.

WENDT, A. et al. Socioeconomic and Gender Inequalities in Leisure-Time Physical Activity and Access to Public Policies in Brazil From 2013 to 2019. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 18, n.12, p. 1503-1510, 2021.

TEIXEIRA, I.P. et al. Built environments for physical activity: a longitudinal descriptive analysis of Sao Paulo city, Brazil. **Cities & Health**, p. 2-11 2022.

DA SILVA, I.C.M. et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.20, n.1, p. 82-92, 2015.

DA SILVA, M.C.; DA SILVA, A.B.; AMORIM, T.E.C. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades Físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.17, n.1, p. 28-32, 2012.

BETTIN, E.B.; PEIL, L.M.N.; MELO, M.P. Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas – RS na gestão de 2009 – 2012. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, 2018.

MANTA, S.W. et al. Espaços públicos abertos e instalações de atividade física: estudo de observação sistemática do ambiente. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 20, n. 5, p. 445-455, 2018.